

---

## MODOS DE VIDA TRADICIONAIS E AS IMPLICAÇÕES DA “MODERNIDADE” SOBRE OS SUJEITOS SOCIAIS NO TOCANTINS

### Modos de vida tradicionales y las implicaciones de la "modernidad" sobre los sujetos sociales en Tocantins

Silvaldo Quirino Tavares  
Mestrando do PPGG da UFT, Campus de Porto Nacional  
[silvaldo@uft.edu.br](mailto:silvaldo@uft.edu.br)

Marciléia Oliveira Bispo  
Prof. Dra. do curso de Geografia da UFT, campus de Porto Nacional  
[marcileia@uft.edu.br](mailto:marcileia@uft.edu.br)

Reijane Pinheiro da Silva  
Dra. em Antropologia Social, Professora da UFT, Campus Palmas  
[reipinheiro@uft.edu.br](mailto:reipinheiro@uft.edu.br)

Artigo recebido em 26/07/2017 e aceito para publicação em 29/09/2017

DOI: 10.12957/tamoios.2017.29753

#### RESUMO

No Estado do Tocantins existem diferentes modos de vida tradicionais rurais que estão em conflitos territoriais com os projetos de desenvolvimento econômico implantados em nome do progresso e da modernidade. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é discutir as influências das políticas de desenvolvimento econômico sobre os povos e comunidades tradicionais no processo de transição cultural. A base metodológica deste trabalho constitui em um levantamento bibliográfico interdisciplinar, tendo em consideração os conteúdos trabalhados na disciplina *Identidade e Desenvolvimento Regional* ofertada no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Diante das reflexões realizadas conclui-se que é preciso buscar alternativas que possam ser colocadas em prática e que respeite as diferentes formas de vida existente. É preciso que elas possam permanecer e se fortalecer a partir de avanços sociais que agreguem elementos fundamentais para a digna reprodução social e cultural.

**Palavras-chave:** Modos de vida; Populações tradicionais; Modernidade; Desenvolvimento.

#### RESUMÉN

En el Estado de Tocantins existen diferentes modos de vida tradicionales rurales que están en conflictos territoriales con los proyectos de desarrollo económico implantados en nombre del progreso y de la modernidad. En este sentido, el objetivo de este trabajo es discutir las influencias de las políticas de desarrollo económico sobre los pueblos y comunidades tradicionales en el proceso de transición cultural. La base metodológica de este trabajo constituye en un levantamiento bibliográfico interdisciplinario, teniendo en cuenta los contenidos trabajados en la disciplina *Identidad y Desarrollo Regional* ofrecida en el Programa de Posgraduación en Desarrollo Regional (PPGDR) de la Universidad Federal de Tocantins (UFT). Ante las reflexiones realizadas se concluye que es necesario buscar alternativas que puedan ser colocadas en práctica y que respete las diferentes formas de vida existente. Es necesario que ellas puedan permanecer y fortalecerse a partir de avances sociales que agreguen los elementos fundamentales para la digna reproducción social y cultural.

**Palabras-clave:** Modos de vida; Poblaciones tradicionales, Modernidad; Desenvolvimiento.

---

## INTRODUÇÃO

Alguns modos de vida tradicionais no Brasil se consolidaram muito antes do processo de colonização, levando em consideração as comunidades autóctones primárias. Após a chegada dos Europeus, evento conhecido como “Descobrimento do Brasil”, novos modos de vida se configuraram tonando-se tradicionais em razão da sustentabilidade das práticas sociais e culturais desenvolvidas. Entretanto a ideia de modernidade disseminada na sociedade brasileira ao longo de sua história tem sido um fator impactante nestas formas de organização social.

Pensando nesta situação, este trabalho aborda alguns processos ligados à coexistência dos grupos sociais tradicionais ameaçados pela imposição de elementos culturais alheios ao modo de vida no qual estão inseridos. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir as influências das políticas de desenvolvimento econômico sobre os povos e comunidades tradicionais no processo de transição cultural sobre os sujeitos sociais no Tocantins.

De acordo com Medrano (2012), um modo de vida pode ser definido como uma forma específica de um grupo social organizar-se e adaptar ao conjunto de ações e de relações que a sobrevivência e a convivência exigem. Abrange os costumes, saberes e a forma de relação com a natureza. Segundo ele, um modo de vida tradicional é configurado pela organização básica do ambiente de convivência, consolidado historicamente pelas práticas humanas, tendo como aspectos básicos a naturalidade e a simplicidade.

O conceito de comunidade tradicional varia historicamente entre alguns teóricos e no entendimento da sociedade sobre as populações referentes. É importante lembrar que em muitas discussões contemporâneas os “[...] autores deslocam o eixo de uma tradicionalidade cultural centrada sobre a interioridade peculiar de um modo de vida, para demandas que priorizam a questão da ocupação ancestral ou recente de um território” (BRANDÃO, 2012, p. 356). É neste sentido que a questão dos conflitos territoriais causados pelos projetos econômicos no campo é discutida neste artigo, tendo como foco as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas.

Neste contexto, o modo diferente de ver o mundo e de se relacionar com a natureza, como o modelo de origem europeia, passou a ser um problema para os povos originários, de forma que o contato “com o não índio desde o descobrimento nunca foi fácil, pois os registros históricos de ocupação das terras trazem marcas de conflitos e desrespeito aos povos indígenas” (LIMA, 2016, p. 230). As ideias colonizadoras sempre foram impregnadas de superioridade diante da cultura local. Diante disso, constrói-se um discurso pautado na necessidade do uso moderno das riquezas existentes no país.

De acordo com Quijano (2005), o estabelecimento da cultura dominante europeia sobre a América ocorreu pautada na diferenciação racial dos povos no mundo, impondo sobre os negros, indígenas e mestiços a condição de inferioridade frente aos brancos europeus. A criação estratégica destas identidades, baseadas em aspectos naturais, foi pensada de forma que elas expandiram para outros continentes sendo incorporadas pelos próprios colonizados, havendo assim, uma “*colonialidade do poder*”. Neste processo a população colonizada foi submetida à expropriação de seus valores simbólicos e matérias e à repressão, sendo forçada a incorporar elementos culturais da classe dominante europeia que servissem de mecanismos de controle. É nesta mesma lógica que avançam as ideias políticas pautadas no discurso de modernidade nos países colonizados.

Desta forma, em razão de um conjunto de ideologias historicamente construídas, prevalece a lógica de ocupação e exploração do território nacional, desconsiderando os diferentes sistemas sociais já existentes. “No Brasil, a modernidade, frequentemente, é vista como algo que vem de fora e que deve ser admirado e adotado, ou, ao contrário,

considerado com cautela tanto pelas elites como pelo povo” (OLIVEN, 2001, p.02). Entretanto, as ideias de modernização sempre estiveram atreladas aos avanços de novas lógicas de vida, tendencialmente, destruidoras das existentes. É neste sentido que desde a:

[...] chegada dos europeus ao Brasil, os povos tradicionais da época – povos indígenas – foram denominados e concebidos como bárbaros, selvagens e povos não civilizados. Essa perspectiva etnocêntrica significou para os europeus que eles, os colonizadores, tinham o direito de explorar, oprimir, exterminar e cristianizar os nativos. Esta foi a forma da integração violenta dos povos tradicionais no sistema colonial introduzido no Brasil. (GAWORA, 2010, p. 03)

No Tocantins este processo colonizador tem causado muitas tensões, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, em decorrência da expansão da fronteira agrícola que ocorre neste período, no Cerrado Brasileiro, bioma predominante no estado. O interesse nesta região do país, pelo agronegócio, intensificou significativamente em decorrência de avanços tecnológicos e investimentos em estudos da biogenética destinados às possibilidades de exploração do solo.

Considera-se como Cerrado<sup>1</sup>, de acordo com Xavier (2015), a área contínua do Bioma que abrange os estados de Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí e Bahia. Como este domínio é presente em quase todo o Tocantins, que é recorte espacial desta discussão, há algumas especificidades históricas e atuais a serem discutidas neste âmbito.

Este bioma apresenta algumas peculiaridades em sua forma de ocupação e nas fases do processo de desenvolvimento econômico. De acordo com Santos (2015), nas últimas décadas do século XX ocorre um processo de mediação do Cerrado Brasileiro, tendo como foco sua inserção no “novo desenvolvimentismo”. Este cenário ocorre tendo como finalidade a expansão das forças capitalistas que ainda se encontravam pouco avançadas. Com isso, a área do país que compreende o referido bioma era considerada uma região pouco produtiva, do ponto de vista econômico e capitalista.

Alguns avanços na ciência e na tecnologia garantiram novas formas de uso do Cerrado, pelo sistema agroindustrial. “Os sistemas monoculturais, como a soja, foram viabilizados graças aos avanços do setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas de química, mecânica e genética” (BARRETO, 2015, p. 05). Esses avanços ocorreram, sobretudo, na produção de soja, os quais só poderiam ser efetivados mediante o acesso a grandes áreas agricultáveis. Desse modo, a desocupação das terras ocorre pautada em um discurso de modernidade, sobre o argumento de que o desenvolvimento deve superar o atraso existente nesta área do país.

Neste processo de exploração econômica do Cerrado, sempre esteve presente a relação entre duas classes sociais bastante distintas no país, sendo uma a elite dominante e a outra a massa social desprovida de poder e privilégio. “À luta de classes corresponde a luta ideológica, que tem, no domínio do conhecimento científico, seu palco privilegiado” (MORAES, 2005, p. 08). Com isso, a noção de modernidade sempre esteve atrelada aos interesses da classe dominante, entretanto, movida por um discurso que a defende como positiva para todos. Portanto, enquanto parte da sociedade é beneficiada com os projetos de modernização a grande maioria sofre com essa transição.

O entendimento dos conflitos vivenciados pelas populações tradicionais requer “[...] crítica ao desenvolvimento e ao paradigma da descolonialidade” (MONTENEGRO, 2012, p.10). Além disso, é fundamental apresentar e discutir os principais problemas enfrentados pelos grupos sociais tradicionais diante dos projetos desenvolvimentistas promovidos em nome do progresso e da modernidade social, pois:

---

A oposição colonizador/colonizado, entre nações ou povos, é substituída pelo binômio desenvolvido/subdesenvolvido; à diferença radical, ao abismo intransponível, sucede uma unidade, um contínuo, pois se poderia, então, passar de um estado ao outro (ACSELRAD e LEROY, 1999, p. 15).

Este modo de interpretar as diferenças culturais e econômicas dos povos, camuflando as verdadeiras heranças da colonização, é uma forma de justificar as ações do poder dominante. Neste sentido, a construção de um discurso mais coerente requer um debate contínuo a respeito da questão.

É considerando tais questões que propõe-se discutir as influências das forças sociais e políticas modernizadoras sobre a estabilidade social e cultural dos sujeitos que vivem na lógica tradicional. Neste contexto, pretende-se apresentar alguns apontamentos teóricos e conceituais existentes em torno das comunidades tradicionais e da modernidade no Brasil e no Tocantins. Considera-se, ainda, importante, identificar e refletir sobre os elementos usados pelo poder hegemônico na intenção de integração ou destruição cultural dos modos de vida tradicionais diante da lógica desenvolvimentista capitalista.

Para alcançar os objetivos deste trabalho foram seguidos alguns procedimentos metodológicos. O primeiro passo constituiu em um levantamento bibliográfico sobre as discussões propostas, tendo em consideração os conteúdos trabalhados na disciplina “Identidade e Desenvolvimento Regional”, ofertada no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Entretanto, o campo teórico adotado na discussão é de cunho interdisciplinar permeando, sobretudo, entre a Sociologia, Antropologia, História e Geografia.

Concluída a fase de levantamento bibliográfico, iniciou-se a reflexão sobre as discussões analisadas e os processos sociais inerentes a elas no contexto histórico e atual no Brasil, tendo com subtítulo *Encontro/desencontro entre Modernidade, desenvolvimento, e comunidades tradicionais*. Em seguida a discussão é centrada nos fatos e processos presentes no Tocantins, tendo como subtítulo *Comunidades tradicionais, projetos de modernidade e os sujeitos sociais no Tocantins*.

## **ENCONTRO/DESENCONTRO ENTRE MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

As forças que movem os projetos de modernidade, os quais são focados no desenvolvimento econômico, são sustentadas pelos interesses dos maiores detentores de poder político e econômico. “As condições modernas tornaram possível a emergência de um Estado pleno de recursos, capaz de substituir toda a rede de controles sociais e econômicos pelo comando político e a administração” (BAUMAN, 1998, p. 02). Entretanto, é importante ter em consideração que diante destes aspectos motivadores, a essência humana não pode ser perdida, pois:

Um dos aspectos centrais do projeto da modernidade sempre foi o da emancipação humana. Se a modernidade técnica não estiver a serviço do bem-estar social e da conquista da cidadania plena, ela perde o seu sentido. Ora, o que caracteriza o Brasil é justamente uma contradição gritante entre uma crescente modernidade tecnológica e a não realização de mudanças sociais que propiciem o acesso da maioria da população aos benefícios do progresso material (OLIVEN, 2001, p. 11).

É neste processo que tanto no âmbito da técnica quanto das ideias, o encontro destes projetos com os diferentes povos e comunidades tradicionais causam impactos imediatos que se prolongam por tempo indeterminado. De acordo com Santos (2015), ao

passo que o poder da burguesia industrial enfraquece no espaço urbano, nos anos 30, ele fortalece no campo com o “pacto de modernização do espaço agrário”. Diante disto, a disparidade de interesses e de poder entre os grupos tradicionais e os grupos “desenvolvimentistas” possibilita o avanço das ideias hegemônicas mediante a desconsideração da essência humana e das necessidades dos sujeitos sociais presentes em diferentes comunidades tradicionais, sobretudo nas rurais.

Arelado ao encontro de ideais de vida incompatíveis entre si surge o desencontro do sujeito social com as novas formas de vida fora do mundo construído historicamente pelas práticas socioculturais do seu grupo. “O espaço rural brasileiro continua com a marca da expropriação dos trabalhadores pobres e, portanto, como um lugar no qual predomina uma profunda desigualdade social” (OLIVEIRA, 2016, p. 183). A perda da qualidade de vida ocorre, principalmente, em razão da impossibilidade da reprodução social no modo de vida tradicional.

Os representantes do capital, visando lucro rápido sem se preocupar com a destruição ambiental, com o empobrecimento do solo, o desmatamento do cerrado, a poluição das águas e o fim da biodiversidade se apropriam do campo causando danos materiais, muitas vezes contribuindo para mudanças indesejadas na cultura e no modo de vida camponês ou indígena que ambos têm sido exterminados, pois estes perdem a posse de suas terras e se reterritorializam nas cidades brasileiras (MIRANDA e LIRA, 2015 p.309).

Normamente, as comunidades tradicionais, enquanto conjuntos de pessoas não têm interesse de passar por este processo de transição abandonando as práticas sociais tradicionais e adotando outras impostas pelas ideias exógenas providas da noção de desenvolvimento. Diante desta resistência ocorre “[...] processos de desterritorialização vivenciados pelas populações, resultando em agressões físicas e assassinatos de índios, negros e pequenos produtores rurais” (Xavier, 2015, p. 79). Dessa forma, percebe-se a dimensão da violência praticada em nome do progresso.

Entretanto os discursos da modernidade, promovidos pelo poder dominante, tendo a mídia como um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, abalam significativamente a forma de pensar de muitos indivíduos. Isto ocorre porque são recursos utilizados pelo Estado para defender suas propostas de ações, que normalmente atendem os interesses da classe dominante e do capitalismo. Trata-se de um aparelho “[...] que desempenha um papel determinante na reprodução das relações de produção de um modo de produção ameaçado na sua existência pela luta de classe mundial” (ALTHUSSER, 1970, p. 68). São elementos manipuladores no sentido de fazer o sujeito social acreditar que o desenvolvimento e os demais discursos que o acompanham são de fato benéficos às suas realidades. Neste contexto, é importante lembrar que em muitas situações:

[...] a modernidade não pode respeitar sequer o próprio passado, para não falar de qualquer ordem social pré-moderna. A transitoriedade das coisas dificulta a preservação de todo o sentido de continuidade histórica. Se há algum sentido na história, há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão de mudança, um turbilhão que afeta tanto em termo de discussão como o que está sendo discutido (HARVEY, 2006, p.22).

De acordo o Quijano (2005), a construção do pensamento moderno está vinculada à formação de um *padrão mundial de poder* de caráter colonial e capitalista, sob orientação do eurocentrismo. As relações sociais são mediadas dentro de uma lógica global de comportamento dos sujeitos definida pelo campo da intersubjetividade em que são inseridos. Desse modo, as ações da classe dominante prevalecem sobre as demais

tendo domínio sobre o campo das ideias ao monopolizar a natureza da produção intelectual em nível global. Este fato permite a expansão de uma perspectiva reducionista sobre as possibilidades humanas relacionadas à diversidade cultural. É neste sentido que:

As culturas podem ser extremamente difíceis de entender quando vistas de fora. Não é possível compreender crenças e práticas se as separamos das culturas de que fazem parte. Uma cultura tem de ser estudada segundo os seus próprios significados e valores - um pressuposto essencial da Sociologia (GIDDENS, 2005, p. 42).

Em razão da negligência quanto estes aspectos, as tentativas de transição ou de integração das comunidades tradicionais tem sido desastrosa no Brasil, principalmente, por ocorrer de forma violenta e forçada, mas, sendo pautada em um discurso romântico sobre a realidade. O que de fato acontece no âmbito de um mundo considerado moderno é um “[...] processo de transculturação, caminhando de par com a ocidentalização, a orientalização, a africanização e a indigenização” (IANNI, 2003, p. 95). É importante lembrar que estas transformações impostas são alimentadas pelo poder político e econômico nas mais diversas escalas geográficas.

Diante disso, a globalização sempre foi uma questão tratada por algumas correntes teóricas como a solução para a superação econômica e tecnológica dos países em desenvolvimento. Entretanto Furtado (2000), salienta que esse processo não se dá na busca da equiparação socioeconômica entre os países, mas sim por meio da exploração diante da desigualdade social existente entre eles. Neste contexto, o autor explica que o caminho para do Brasil seria alcançar efetivamente sua independência política, podendo movimentar sua economia interna sem ser controlado pelos interesses internacionais. Compreende-se que esse posicionamento poderia evitar a imposição autoritária sobre as diversidades culturais no Brasil.

De acordo com Bauman (1998), as ideias alimentadas pela noção de modernidade buscam fortalecer o papel dominador do Estado sobre o indivíduo dentro da sociedade e sobre esta como um todo. Segundo ele, em decorrência deste fato, ocorre a criação e fortalecimento de ideologias políticas modernizadoras e uniformizadoras das diferenças culturais existentes. Esse processo promove relações conflituosas entre grupos e localidades diferentes na tentativa forçada de homogeneizar a classe dominada mantendo seu contado contraditório com os grupos detentores do poder político e econômico.

A implantação de grandes empreendimentos empresariais fomentados pelo Estado tem sido uma das formas de justificar a necessidade da destruição das estruturas sociais consolidadas no Tocantins. Conforme Xavier (2015), a violência contra os trabalhadores rurais e comunidades tradicionais se efetiva com o desmatamento. Neste processo, tanto as condições ambientais necessárias para a qualidade de vida destes povos quanto o domínio do território são alvos de destruição pela expansão da reprodução capitalista.

Neste contexto, a busca pelo lucro na contemporaneidade é uma das principais forças destrutivas dos modos de vida tradicionais existentes no Cerrado brasileiro. A destruição dos territórios, tradicionalmente consolidados torna-se quase inevitável no caso de implantação de um projeto de desenvolvimento econômico. O valor humano é superado pelo capital econômico de forma que tudo passa a ter alternativa diante dos impasses na implantação dos empreendimentos.

Com efeito, problemas sociais e ambientais oriundos de projetos econômicos foram transformados em questões técnicas, passíveis de serem contornadas mediante a aliança entre capital, burocracia e ciência. A chamada “modernização ecológica” tornou-se, assim, paradigma dominante conduzindo

---

ao esvaziamento de debate político e a celebração do mercado. (ZHOURI, 2005, p. 61).

Em decorrência desta priorização aos interesses econômicos, há casos em que a desterritorialização é tão esmagadora que não é possível a reterritorialização do grupo social constituído como tal, mas sim o esfacelamento dos seus membros em lugares e realidades distintas. A territorialidade de um sujeito diz respeito ao “[...] sentido de pertença, dos laços de solidariedade, ao sentido de pertencer e de se reconhecer como ator/sujeito ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território” (DOURADO, 2012, p. 06). Em decorrência disso, os impactos da expropriação são maiores e mais duradouros que aquilo que é considerado durante o processo.

Considerando esta realidade, a aplicação efetiva das leis que protegem os povos e comunidades tradicionais é outra questão que precisa de muitos avanços. Embora haja atualmente elementos jurídicos que garantam muitos direitos aos referidos grupos sociais, precisam ser tratados nas pautas de debates políticos tendo como foco o interesse dos impactados e não somente dos impactadores. Dessa forma, entende-se que:

A situação atual dos povos e comunidades tradicionais, como da sociedade moderna, está baseada, de forma geral, nos direitos humanos, nas normas internacionais e na Constituição Federal Brasileira. Além disso, está baseada em leis e decretos mais específicos. Isto parece razoável, porque cria legalmente uma situação de proteção destes grupos. A aplicação das normas nacionais e internacionais, entretanto, nem sempre funciona de forma adequada. (GAWORA, 2010, p. 02).

A considerável fragilidade no andamento jurídico dos processos envolvendo os povos e comunidades tradicionais acabam sendo um impasse na luta pelos seus interesses. Ao passo que as reivindicações destes povos só podem ser atendidas mediante o apoio de órgãos reguladores, enquanto os grandes projetos contam com uma agilidade muito maior para avançar sobre os territórios. Com isso, a transição de uma lógica para outra se dá de forma forçada mesmo diante de uma série de aparatos jurídicos que seriam suficientes para estabelecer uma relação democrática.

Em razão dos fatores citados há uma forte pressão sobre os modos de vida tradicionais existentes no Brasil diante de uma integração forçada aos ideais da modernidade. Embora haja um processo de transição construído por diversos elementos políticos e ideológicos, a desterritorialização de um grupo social continua sendo um processo destrutivo dos valores materiais e simbólicos, os quais não se reproduzem na lógica desenvolvimentista defendida pelos interesses hegemônicos. Desse modo, qualquer tentativa de transculturação pode ser um desastre no que refere à dignidade humana.

## **COMUNIDADES TRADICIONAIS, PROJETOS DE MODERNIDADE E OS SUJEITOS SOCIAIS NO TOCANTINS**

Sendo o Tocantins, um dos estados que abrangem o Cerrado Brasileiro, o processo transitório e integrador dos povos e comunidades tradicionais no Tocantins tem ocorrido dentro da dinâmica de ocupação desta região do Brasil. A forma em que ocorre o avanço da reprodução capitalista no território segue basicamente a lógica processual nos estados que pertencem a esse bioma. Assim, os conflitos diante dos projetos modernizadores podem ser considerados semelhantes em razão da forma como o Cerrado é apropriado pelos interesses econômicos.

---

A ideia de vazio demográfico, sobretudo na região Norte do Brasil, alimentou o interesse do poder público em implementar e implantar políticas públicas de desenvolvimento econômico da região a partir de 1970. Esse foi um dos fatores que provocaram a intensificação dos projetos de desenvolvimento econômico no Tocantins tendo como principal foco a expansão da fronteira agrícola e a geração de energia elétrica.

A inserção dos territórios do Cerrado no processo de produção capitalista é atravessada por contradições que permeiam décadas de destruição ambiental, expropriação camponesa e efeitos deletérios das condições de saúde e trabalho dos *Povos Cerradeiros*. (GONÇALVES, 2013, p.109).

Diante deste processo, a grande quantidade de comunidades tradicionais historicamente consolidadas no Tocantins sofre com a expropriação causada pela implantação de empreendimentos de grande porte sobre áreas vistas como vazios demográficos. Esta visão, normalmente, é alimentada pelo posicionamento colonizador da classe dominante promotora do desenvolvimentismo.

Pereira (2006) aponta que no período entre 1930 e 1970 o Brasil e demais países latino-americanos, permaneceram submetidos às estratégias deste modelo desenvolvimento econômicos. Esclarece ainda, que nesta fase as decisões do poder político e econômico brasileiro foram voltadas à inserção do país ao sistema capitalista, tendo como ponto de partida a industrialização. Tem-se como foco, neste período, a formação nacional brasileira é pautada nos ideais dos países desenvolvidos. Com isso, as relações econômicas e sociais no Brasil contemporâneo ainda carregam a marca da dependência que foi idealizada aos países em desenvolvimento.

No caso do Tocantins a ideia de progresso sempre esteve muito forte desde o processo emancipatório do estado. O foco das principais reivindicações, “ainda que descaracterizadas pela descontinuidade histórica e pelas dificuldades de articulação política, é a modernização e a superação do atraso regional”. (SILVA, 2016, p.167). Assim, podemos entender que este fato alimentou o poder do discurso ideológico na escolha das políticas econômicas implantadas no estado.

O monopólio dos recursos naturais e da informação torna-se, assim, via de apropriação do imaterial, do imaginário social, dos desejos tão importantes às políticas de acumulação. Compreender o percurso espaço-temporal necessário à consolidação desse modo de ver, agir e organizar-se socialmente, comprados por inúmeros setores da sociedade, é o primeiro dos desafios de uma abordagem territorial do Cerrado. (SANTOS, 2015, p. 49).

Neste sentido, Silva (2013), explica que há alguns projetos governamentais de ocupação do Cerrado que se destacam a partir da segunda metade do século XX: a fundação de Brasília, a Revolução Verde<sup>2</sup> e a inserção do neoliberalismo na economia brasileira. Configura-se com esses três eventos as condições básicas para o avanço capitalista sobre a região, que até então era pouco explorada pela economia de mercado. Neste contexto, o Tocantins torna-se uma das áreas de fronteira agrícola mais afetada pelos projetos de infraestrutura e de produção de *commodities* (produtos primários destinados à exportação, tais como, soja, milho, trigo, borracha, algodão, minério, petróleo e etc.) e de geração de energia elétrica. O estado torna-se um espaço de exploração dos recursos naturais concomitante à expropriação de diversas comunidades tradicionais.

Dentre os tipos de comunidades presentes no referido estado que são frequentemente afetadas pelo capital econômico podemos destacar os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os grupos camponeses e posseiros, as comunidades



ribeirinhas e as comunidades extrativistas. Todos estes povos sofrem com o avanço do capital rentista no espaço agrário tocaninense. Por exemplo, no caso de comunidade indígena há diversos casos de desestruturação territorial, como ocorre com o povo Xerente, sobretudo após a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães em Lajeado - TO.

A história dos Akwê-Xerente os transformaram em sujeitos sociais que lutaram para terem direitos às suas terras, continuam lutando pela permanência de sua existência e, no contexto das muitas transformações sociais e econômicas, tem buscado permanecerem vivos culturalmente. (LIMA, 2016, p. 241).

Todos esses tipos de grupos sociais tradicionais estão tendo seus territórios destruídos em nome do desenvolvimento econômico capitalista, o qual não contempla os interesses dos sujeitos sociais locais. Neste sentido o território “[...] se constitui em um importante elo de continuidade e de identidade do grupo. Porém, não como um elemento fixo que marca a perdurabilidade dos laços no espaço” (MONTENEGRO, 2012, p. 02). A estabilidade sociocultural torna-se a cada momento mais frágil.

É importante considerar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004 P. 95). Cabe mencionar, também, o que pontua Di Méo (2001) em que o território é a combinação de um grupo social com o espaço, e que esta relação acontece de maneiras distintas. Ele assinala que:

[...] todos os indivíduos que hoje formam os grupos sociais, também possuem uma competência territorial (ao mesmo tempo que social). Sem dúvida, nem todos possuem o mesmo status, nem todos detém o mesmo poder de operar e criar territórios. Entre os principais detentores dessa capacidade estão os representantes do poder político institucional, os líderes da economia e os diferentes líderes (culturais, religiosos, ideológicos) da opinião. Em segundo plano, os indivíduos que produzem e reproduzem o cotidiano, que também, são importantes promotores do território (DI MÉO, 2001, p.8).

Neste contexto, os projetos de desenvolvimento econômico têm causado consequências indesejáveis à autonomia dos territórios das comunidades tradicionais. Mesmo nos casos em que a implantação de um empreendimento não exige a destruição ou deslocamento de um grupo, os impactos são significativos desestruturando a organização social e produtiva. Os modos de vida são afetados direta ou indiretamente desequilibrando, conseqüentemente, desde as condições ambientais e naturais até a forma de pensar e lidar com as relações sociais fomentadas por fatores externos. Diante desta preocupante realidade:

[...] a ação do capital nacional e transnacional representa uma verdadeira ofensiva que destrói a natureza, degrada o trabalho, expulsa ou ameaça as condições de existência das diferentes populações nas comunidades onde desenvolvem as bases materiais e simbólicas da vida e diferentes manifestações de (Re) Existências em defesa dos lugares de reprodução social da vida. (GONÇALVES, 2013, p.115).

Dentre os impactos diretos pode-se destacar a perda de território e a perda da qualidade ambiental. Já como impactos que podem ocorrer de forma direta ou indireta é possível pensar no choque cultural dos modos de vida tradicional com as ideias colonizadoras eurocêntricas. De acordo com Little (2002), as ideias defendidas pelo pensamento hegemônico no pós-segunda guerra mundial seguia no rumo da

industrialização de todos os países considerados subdesenvolvidos. Defendia que os países do terceiro mundo mudariam de estágio econômico somente por meio da destruição das formas arcaicas de organização social.

Estas concepções a partir do período pós-guerra, de fato entraram no plano processual das relações socioeconômicas no Tocantins. Em decorrência disso, a integração entre os diferentes modos de vida não tem sido uma boa experiência. Ela ocorre em conjunto com os interesses capitalistas numa relação, de certo modo, unilateral em que os povos e comunidades tradicionais normamente são os perdedores nos acordos. Neste processo, o Estado torna-se detentor de um poder de controle social pautado na ideia de planejamento, sem levar em consideração a dinâmica das relações humanas existentes na sociedade. Diante disso:

[...] as condições modernas fornecem substância para esse comando e essa administração. Lembremos que a modernidade é uma era de ordem artificial e de grandiosos projetos societários, a era dos planejadores, visionários e, de forma mais geral, "jardineiros" que tratam a sociedade como um torrão virgem de terra a ser planejado de forma especializada e então cultivado e cuidado para se manter dentro da forma planejada. (BAUMAN, 1998, p.138)

O processo de transição de um modo de vida tradicional para a lógica desenvolvimentista e modernizadora, defendida pelo poder dominante, requer o abandono das práticas sociais tradicionais em detrimento da adesão a novas experiências. É neste sentido que, referente às práticas produtivas, um dos principais problemas é “[...] a tendência à monocultura, ao uso de agrotóxicos e a consequente extinção de sistemas tradicionais de cultivo” (FIRMINO, 2008, p. 14). Trata-se de uma mudança no modo de produção, que prejudica profundamente a qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais, pois não têm preparo técnico e cultural para tal modelo.

Considerando tais questões, é importante lembrar que os elementos socioculturais e os recursos econômicos para cada realidade se distinguem. Este fato dificulta o sucesso de qualquer tentativa de transição cultural que seja imposta de fora para dentro. O que pode ocorrer, na maioria dos casos, é o deslocamento do sujeito social de sua estrutura de vida e dos elementos materiais e simbólicos fundamentais para reprodução de suas condições humanas.

Dessa forma, quando ocorre qualquer política de modernização sobre as comunidades tradicionais, tendencialmente, esse processo não se efetiva. Mas a primeira etapa, que consiste no desligamento das práticas tradicionais ocorre, deixando os sujeitos desprovidos das possibilidades de reprodução social historicamente construídas e daquelas que seriam aderidas dentro das propostas desenvolvimentistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as reflexões aqui levantadas é possível entender que a imposição de uma mudança cultural forçada em nome da modernidade é uma questão que precisa ser refletida em todas as esferas da sociedade. Tanto os grupos sociais que se encontram na condição de vítimas deste processo como a classe dominante que o fomenta com o apoio do Estado precisam entender a dimensão de tudo que está acontecendo, tendo em consideração o respeito pela essência humana. O significado que é dado ao desenvolvimento econômico, em detrimento do social, não pode destruir o valor das organizações sociais locais, pois estas são compostas por elementos socioculturais que garantem a dignidade humana dos sujeitos envolvidos.

A ideia de superioridade e de merecimento de privilégios da sociedade pós-moderna sobre os recursos e riquezas do mundo naturaliza a destituição dos direitos historicamente constituídos dos povos e comunidades tradicionais. Em detrimento disso, há uma supressão constante dos elementos da natureza que garantem a vida dos grupos rurais locais no Tocantins e no Brasil como um todo. A implantação dos grandes empreendimentos sempre requer a exploração dos recursos naturais em grande escala e, conseqüentemente, ocorre a expropriação dos grupos sociais que tem a vida mais ligada à dinâmica da natureza.

Outra situação possível de entender ao refletir sobre as questões aqui tratadas é a dupla face do discurso ideológico defensor do desenvolvimento econômico nas áreas tradicionalmente ocupadas por outras lógicas de vida. Tentam demonstrar, no máximo possível, as vantagens dos projetos modernizadores de modo a convencer a sociedade de que os resultados são benéficos a todos. Entretanto, nunca esclarecem a real dimensão dos impactos causados a um grande número de pessoas. É nessa lógica que prevalece o convencimento da massa popular sobre a “viabilidade” de qualquer medida ligada ao desenvolvimento e a modernização.

Conclui-se ainda, que a integração cultural no Tocantins tem sido uma verdadeira violência contra os modos de vida tradicionais. Qualquer avanço na transição tem exigido de forma radical a adaptação destas formas de organização social ao modelo estabelecido pelas orientações externas. Nos casos em que essa adaptação não é possível os sujeitos sociais envolvidos acabam ficando social e culturalmente deslocados. É neste sentido que a transição cultural quando movida por forças externa não pode ocorrer isolada de violência contra a dignidade humana dos grupos ou sujeitos sociais “integrados” no novo sistema.

Neste contexto, entende-se que ainda é preciso muitos avanços nas discussões e nas decisões políticas no que refere aos projetos de modernização e de desenvolvimento econômico no Tocantins. As diversidades culturais não podem ser vistas como um impasse para o desenvolvimento social no estado. É preciso buscar alternativas que possam ser colocadas em prática respeitando as diferentes formas de vida existente, de modo que estas possam permanecer e fortalecer a partir de avanços sociais que agreguem os elementos que faltam para efetivar as possibilidades de uma digna reprodução social e cultural.

## NOTAS

1 - O Cerrado compreende “formações florestais (Mata ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão), savânicas (Cerrado sensu strictu, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e campestres (Campo Sujo, Campo Rupestre e Campo Limpo)” (BRASIL, 2006, p. 76). Este bioma abrange basicamente todo o Tocantins, tendo apenas uma pequena parte de Floresta Amazônica na porção noroeste do estado.

2 - A *Revolução Verde* compreende um conjunto de recursos tecnológicos aplicado na agricultura a partir de 1970. Justificou-se pela necessidade de minimizar a fome no mundo por meio do aumento da produtividade de alimentos. Com isso as estratégias adotadas eram voltadas ao controle da produção agrícola por meio da mecanização, manipulação de sementes e o uso excessivo de fertilizantes, agrotóxicos dentre outros produtos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri & LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas de sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático. FASE, 1999.  
ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença Martins Fontes, 1970.

- BARRETO, Clarissa de Araújo. **Os impactos socioambientais do cultivo de soja no Brasil**. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT05](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05)>. 2004. Acesso em 05 de julho de 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. 2012. Disponível em: <[nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/.../a%20comunidade%20trad160.pdf](http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/.../a%20comunidade%20trad160.pdf)> Acesso em: 24 de Março de 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Educação Ambiental PROBIO**. Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília/MMA, 2006. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/livroprofessuer.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/livroprofessuer.pdf). Acesso em: 07 de Setembro de 2017.
- DI MÉO, G. **Geographie Sociale et territoires**. Paris: Nathan, 2001. 320p
- DOURADO, Auceia Matos. **Entre tradições e traduções: identidade territorial nos assentamentos de reforma agrária**. 2012. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/serne/artigo9.pdf>>. Acesso em: julho de 2016.
- FIRMINO, Rafaelle Gomes; FONSECA, Márcia Batista da. **Uma Discussão Sobre Os Impactos Ambientais Causados Pela Expansão da Agricultura: A Produção de Biocombustíveis no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4>> Acesso em: 05 de julho de 2016.
- FURTADO, Celso. **Reflexões sobre a crise brasileira**. USP, 14 de junho de 2000. Disponível em: <http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Furtado,%20Celso>. Acesso em: 08 de setembro de 2017.
- GAWORA, Dieter. **Povos e comunidades tradicionais e seu papel estratégico: da perspectiva defensiva à ofensiva**. 2014. Disponível em: <<https://www.unikassel.de/fb05/fileadmin/datas>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2016.
- GONÇALVES, Ricardo Júnior Fernandes de Assis. **Expansão da atividade mineradora e os conflitos socioambientais: as redefinições territoriais do cerrado**. Revista Territorial - Goiás, v.2, n.2, p.93-120, jul./dez. 2013.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução de Sandra Regina Netz. 4 ed. Artmed: Porto Alegre, 2005.
- HAESBAERT, R. 2004. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-mundo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2003.
- LIMA, Layanna Giordana Bernardo. **Terras indígenas: os Akwê Xerentes do estado do Tocantins**. In: FREIRE, Juciley Silva Evangelista; OLIVEIRA, Antonio Mirando de (Orgs). Educação participação política e identidade cultural: uma contribuição multidisciplinar para a formação doscente no Tocantins. Palmas TO: EDUFT, p.225-242, 2016.
- LITTLE Paul E. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. Campo Grande-MS: Tellus, ano 2, n. 3, Out. 2002.
- MEDRANO, Antonio. **El modo de vida tradicional**. 2012. Disponível em: <<http://www.antoniomedrano.net/doc/Medrano%20Antonio%20%20Modo%20de%20vida%20tradicional.pdf>>. Acesso em: 23 de Março de 2017.
- MONTENEGRO, Jorge. **Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: Articulando um discurso fragmentado**. Revista Okara: Geografia em debate, ISSN: 1982-3878, João pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – v.6, n.1, p. 163-174, 2012.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005.
- MIRANDA, Ricardo Ferreira; LIRA, Elizeu Ribeiro. A apropriação do campesinato pelo capitalismo rentista no Tocantins: o caso do Município de Miracema. In: SANTOS, Roberto de Souza (Org.). **Território e diversidade territorial no Cerrado: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais**. Goiânia: Kelps, 2015. Cap. 12 p. 319-374

- 
- OLIVEIRA, Antônio Miranda de. **Campesinato e identidade cultural no Tocantins**. In: FREIRE, Juciley Silva Evangelista; OLIVEIRA, Antonio Mirando de (Orgs). Educação participação política e identidade cultural: uma contribuição multidisciplinar para a formação doscente no Tocantins. Palmas TO: EDUFT p.181-224, 2016.
- OLIVEN, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil**. Revista São Paulo em Perspectiva, nº15 v. 2, p.03-11, 2001.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O novo desenvolvimentismo e A ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Concejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. 2005. Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepep/anais/arquivos/435.pdf>>. Acesso em: 20 de Março de 2017.
- SANTOS, Roberto de Souza. **Políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal: conflitos e contradições sociais no espaço agrário**. In: SANTOS, R.S. et al. Território e diversidade territorial no Cerrado: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais. vol. II. Goiânia: Kelps, p. 31-44, 2015.
- SILVA, Marcos Nicolau Santos da. **Os recursos de uso comum e os conflitos ambientais nos cerrados de Minas Gerais: algumas reflexões**. GeoTemas, ISSN 2236-255X, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 3, n. 1, p. 235-249, jan./jun., 2013.
- SILVA, Reijane Pinheiro da. **O sertão e suas possibilidades: problematizando a construção da identidade do Tocantins**. In: FREIRE, Juciley Silva Evangelista; OLIVEIRA, Antonio Miranda de (Orgs). Educação participação política e identidade cultural: uma contribuição multidisciplinar para a formação doscente no Tocantins. Palmas TO: EDUFT p. 167-180, 2016.
- XAVIER, Glauber Lopes; SILVA, Mary Anne Vieira. **Processos de acumulação capitalista e conflitos territoriais no cerrado**. Cadernos Ceru v. 25, n. 2, 03 29 de maio de 2015.
- ZHOURI, Andréa. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
-